



DECLARAÇÃO DE LUANDA

I.ª REUNIÃO DE MINISTROS DO COMÉRCIO DA COMUNIDADE DOS PAÍ- SES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

Nós,

Maria Idalina Valente, Ministra do Comércio de Angola;

Armando Inroga, Ministro da Indústria e Comércio de Moçambique;

Álvaro Santos Pereira, Ministro da Economia e do Emprego de Portugal;

Agostinho Quaresma Fernandes, Ministro do Plano e Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe;

Hadil da Rocha Vianna, Sub-secretário Geral de Cooperação e de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, em representação do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil, Fernando Pimentel;

Humberto Santos de Brito, Ministro do Turismo, Indústria e Energia de Cabo Verde, representado por Domingos Mascarenhas, Embaixador de Cabo Verde em Angola;

Márcio Lay, Adido Comercial da Embaixada de Timor Leste em Portugal, em representação do Ministro do Turismo, Comércio e Indústria de Timor Leste, Gil da Costa Alves;

Reunidos em Luanda, a 14 de Maio de 2012,

Tendo presentes os objectivos que nortearam a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, nomeadamente o compromisso assumido pelos Chefes de Estado e de Governo na Declaração Constitutiva da CPLP, de 17 de Julho de 1996, *“de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos”*;

Considerando a necessidade de promover o desenvolvimento de uma cooperação mutuamente vantajosa na base do respeito pelos princípios da igualdade soberana dos Estados, da integridade nacional, do primado da democracia, do Estado de Direito, do respeito pelos direitos humanos e da justiça social;

Recordando a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo sobre “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”, adoptada na Cimeira de Maputo em 2000, nomeadamente:

- O compromisso nela contido de *“desenvolver mecanismos de cooperação com o objectivo de promover iniciativas económicas, sociais e culturais com o fim principal da erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável”*;
- A afirmação da consciência de que *“as transformações em curso na economia mundial estimulam os países a estreitar os seus vínculos no exercício de cooperação com vantagens mútuas”*;
- O reconhecimento de que *“a globalização constitui um desafio para os Estados membros nos seus esforços para estender os frutos de desenvolvimento a todas as camadas sociais”*;
- A necessidade de *“promover o dinamismo económico, o equilíbrio macroeconómico, a estabilidade financeira, a transparência e a concorrência; e ampliar o comércio”*

Confrontados com a urgência de articulação de acções das entidades públicas com vista a ampliar, aprofundar e facilitar a cooperação económica e empresarial no espaço da CPLP, através do incremento do comércio, do investimento e de parcerias, assegurando uma maior inclusão e interacção dos agentes económicos e das economias dos Estados Membros;

Dando cumprimento à Resolução sobre Cooperação Económica e Empresarial da XVI Reunião do Conselho de Ministros, realizada em Luanda aos 22 de Julho de 2011,

Decidimos:

1. Instituir a Reunião de Ministros do Comércio da CPLP, que se regerá pelo regimento interno aprovado nesta reunião;
2. Congratularmo-nos com o trabalho desenvolvido pelo grupo de peritos e pela reunião técnica sobre cooperação económica e empresarial;
3. Registrar com satisfação o anúncio da realização, de 6 a 7 de Julho, do Fórum organizado pelo Comité Directivo da Confederação Empresarial da CPLP, entendido como um sinal claro do interesse que o sector empresarial confere à directiva do Conselho de Ministros da CPLP, visando o reforço da cooperação económica e comercial sustentável e inclusiva;
4. Aprovar e adoptar, como documento base da cooperação no domínio do Comércio e Investimento, o Relatório do Grupo Técnico;
5. Dinamizar as acções nele contidas, tendentes à materialização do objectivo de desenvolver o comércio intra-CPLP e cooperar no sentido de potenciar as oportunidades decorrentes da presença de Estados membros em diversas comunidades económicas regionais, destacando as seguintes linhas de força:
 - a. Focalizar a cooperação económica e empresarial em “Clusters” e Sectores de desenvolvimento de interesse comum aos Estados membros da CPLP, designadamente: Conhecimento (Investigação e Desenvolvimento); Novas Tecnologias; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Infraestruturas; Mar e Recursos Naturais; Energia e Turismo.
 - b. Implementar medidas que permitam ultrapassar as dificuldades estruturais ao desenvolvimento do Comércio e Investimento em quatro vertentes fundamentais, que constituirão os eixos de cooperação económica na CPLP: (i) melhoria do ambiente de negócios para a promoção do comércio; (ii) melhoria do ambiente de negócios para o investimento; (iii) capacitação institucional e empresarial; e (iv) melhoria dos mecanismos de financiamento.

- c. Relativamente à Promoção do Comércio:
 - i. Adoptar medidas no sentido de se desenvolverem parcerias de complementaridade com vista a potenciar as capacidades produtivas para o reforço da oferta nos respectivos mercados regionais;
 - ii. Elaboração de um plano de acção nos domínios da metrologia, normalização e qualificação (pilares da qualidade), visando o reforço da cooperação nesta área.
 - d. Quanto à Promoção do Investimento:
 - i. Replicação de melhores práticas intra-CPLP;
 - ii. Apoiar os esforços da CPLP com vista à facilitação da circulação e fixação de empresários e investidores dos Estados Membros;
 - iii. Estimular as sinergias entre as Agências Nacionais de Comércio e Investimento dos Estados Membros.
 - e. Sobre a Capacitação Institucional e Empresarial:
 - i. Fomentar a educação para o empreendedorismo;
 - ii. Reforçar a formação ao nível das PME's.
 - f. Em matéria de Financiamento:
 - i. Promover a troca de experiências entre os Países da CPLP em matérias ligadas à partilha de riscos;
 - ii. Encorajar, onde for necessário, a criação de instrumentos nacionais para dar resposta a dificuldades de acesso a capitais pelas PME's;
 - iii. Avaliar a possibilidade de criação de um Fundo de Investimento, aproveitando sinergias de Instituições existentes;
 - iv. Realçar o papel do sector empresarial na dinamização das iniciativas ligadas ao financiamento.
 - g. Encorajar a prossecução de medidas concretas com vista a promover maior segurança jurídica, celeridade administrativa e condições de concorrência, compatíveis com os níveis de desenvolvimento dos Estados membros.
6. Recomendar ao Secretariado Técnico Permanente que proceda ao levantamento de todos os Acordos bilaterais na área económica, em vigor ou em processo de ratificação, no espaço da CPLP, incluindo o estado de implementação dos acordos de promoção e protecção recíprocas de investimentos, até ao final da primeira semana de Julho de 2012.

7. Manifestar o seu agradecimento ao Governo da República de Angola, na pessoa da Sra. Ministra do Comércio e demais entidades que contribuíram para a realização deste evento, pela calorosa hospitalidade e acolhimento, bem como pelas excelentes condições de trabalho proporcionadas.

Luanda, 14 de Maio de 2012.

Pela República de Angola,

Maria Idalina de Oliveira Valente, Ministra do Comércio

Pela República Federativa do Brasil,

Hadil da Rocha Vianna, Sub-secretário Geral de Cooperação e de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores, em representação do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil, Fernando Pimentel

Pela República de Cabo Verde

Humberto Santos de Brito, Ministro do Turismo, Indústria e Energia, representado por Domingos Mascarenhas, Embaixador de Cabo Verde em Angola

Pela República de Moçambique

Armando Inroga, Ministro da Indústria e Comércio

Pela República Portuguesa

Álvaro Santos Pereira, Ministro da Economia e do Emprego

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

Agostinho Quaresma Fernandes, Ministro do Plano e Desenvolvimento

Pela República Democrática de Timor Leste

Márcio Lay, Adido Comercial da Embaixada de Timor Leste em Portugal,
em representação do Ministro do Turismo, Comércio e Indústria de Timor
Leste, Gil da Costa Alves

Pela República da Guiné Bissau,

Esteve presente José Manuel Marques Vieira Encarregado de Negócios da
Embaixada da República da Guiné Bissau em Angola, em representação do
Governo da República da Guiné-Bissau, que igualmente assina.